

MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ-SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 04/2026
NÍVEL SUPERIOR

04100 – AGENTE DE CONTRATAÇÃO - CÂMBORIUPREV – TIPO A

Frase: A imparcialidade garante equidade.
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.

 TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 6.

Os impactos dos microplásticos sobre a saúde humana

A presença crescente de microplásticos no meio ambiente deixou de ser apenas uma preocupação ecológica para se transformar em um problema de saúde pública e de gestão global de resíduos. Estudos recentes identificaram partículas plásticas microscópicas em pulmões, sangue, placentas e tecidos cardíacos humanos, evidenciando que a poluição plástica ultrapassou os limites dos oceanos e passou a integrar o cotidiano biológico das populações. Além disso, pesquisadores alertam que essas partículas podem transportar substâncias tóxicas, provocar inflamações celulares e ampliar desequilíbrios ambientais já existentes.

A expansão do consumo descartável e a dependência econômica de materiais sintéticos intensificaram a circulação de resíduos plásticos em escala mundial. Em grandes centros urbanos, o descarte inadequado de embalagens e produtos industrializados favorece a fragmentação do plástico em partículas invisíveis, posteriormente disseminadas pelo ar, pela água e pelos alimentos. Ainda que campanhas de conscientização ambiental tenham se tornado mais frequentes, especialistas observam que a resposta institucional permanece insuficiente diante da velocidade com que a contaminação avança.

Outro aspecto preocupante relaciona-se aos impactos econômicos e sociais decorrentes da poluição plástica. Setores ligados à pesca, ao turismo e à produção agrícola vêm registrando prejuízos associados à contaminação de ecossistemas e à redução da biodiversidade. Paralelamente, pesquisadores defendem a necessidade de políticas públicas capazes de ampliar sistemas de reciclagem, estimular alternativas biodegradáveis e fortalecer mecanismos de fiscalização ambiental. Nesse cenário, o debate sobre microplásticos deixou de ocupar espaço exclusivamente científico e passou a integrar discussões estratégicas sobre sustentabilidade, saúde coletiva e responsabilidade socioambiental.

Fonte: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Os impactos dos microplásticos sobre a saúde humana. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, out. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-impactos-dos-microplasticos-sobre-a-saude-humana>. Acesso em: 11 maio 2026.

1. A progressão argumentativa do texto conduz o leitor à compreensão de que a problemática dos microplásticos ultrapassou o campo ambiental e passou a integrar debates relacionados à organização social contemporânea. Considerando os sentidos produzidos ao longo da construção textual, assinale a alternativa que apresenta interpretação compatível com a articulação global das informações expostas.

- (A) O texto desenvolve a ideia de que os impactos provocados pelos microplásticos alcançam dimensões sanitárias, econômicas e institucionais, evidenciando a complexidade do problema na sociedade contemporânea.
- (B) O texto sugere que a circulação de resíduos plásticos decorre prioritariamente da ausência de campanhas educativas voltadas aos grandes centros urbanos e industriais.
- (C) A argumentação apresentada associa o avanço da poluição plástica à incapacidade técnica dos sistemas de reciclagem implementados em países economicamente periféricos.
- (D) O desenvolvimento temático estabelece relação direta entre os danos ambientais e a inviabilidade econômica de materiais biodegradáveis em escala global.
- (E) A abordagem textual conduz à compreensão de que os impactos da poluição plástica se manifestam de maneira mais significativa em ecossistemas marinhos do que em espaços urbanos.

2. A organização estrutural dos parágrafos do texto evidencia uma progressão temática construída por ampliação argumentativa e encadeamento lógico das informações. Com base na estrutura composicional do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro parágrafo concentra a defesa principal do autor; o segundo promove ruptura temática ao deslocar a discussão para hábitos urbanos; e o terceiro retoma parcialmente a introdução em estrutura circular.
- (B) O primeiro parágrafo apresenta contextualização temática e delimitação da problemática; o segundo desenvolve fatores relacionados à expansão da contaminação; e o terceiro amplia a discussão ao incorporar consequências econômicas e institucionais.
- (C) O segundo parágrafo organiza-se predominantemente por sequência narrativa, uma vez que apresenta acontecimentos encadeados temporalmente relacionados à poluição ambiental.
- (D) O terceiro parágrafo desenvolve estrutura descritiva centrada na caracterização objetiva de políticas públicas voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos.
- (E) A disposição dos parágrafos estabelece progressão baseada na contraposição entre perspectivas científicas e econômicas sem articulação temática intermediária.

3. No processo de articulação textual do texto, os pronomes, conectores e operadores argumentativos desempenham função essencial para a construção da coesão e da progressão temática. Considerando os mecanismos referenciais e sequenciais empregados no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo “essas”, empregado no primeiro parágrafo, estabelece referência catafórica ao antecipar informações desenvolvidas posteriormente sobre resíduos industriais.
- (B) O conectivo “Além disso” (1º parágrafo) estabelece relação conclusiva entre os riscos sanitários e a circulação global de resíduos plásticos.
- (C) O termo “Nesse cenário” (3º parágrafo) produz referência exofórica, uma vez que depende predominantemente de informações extratextuais relacionadas ao debate ambiental contemporâneo.
- (D) O pronome relativo “que”, em “pesquisadores alertam que essas partículas”, exerce função sintática equivalente à de adjunto adverbial locativo no encadeamento argumentativo do período.
- (E) A expressão “Outro aspecto preocupante” (3º parágrafo) introduz novo eixo argumentativo semanticamente vinculado às discussões anteriores, contribuindo para a continuidade temática do texto.

4. No texto “Os impactos dos microplásticos sobre a saúde humana”, a seleção vocabular orienta a construção de sentidos sobre a gravidade da crise ambiental. Analise o valor semântico assumido pelas unidades lexicais no contexto em que estão inseridas e assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “limites”, no primeiro parágrafo, denota barreiras geográficas intransponíveis que impedem a dispersão de resíduos sintéticos para além das bacias oceanográficas.
- (B) O vocábulo “insuficientes”, no segundo parágrafo, qualifica a resposta institucional como uma ação pautada na escassez de recursos financeiros destinados à fiscalização.
- (C) A palavra “cotidiano”, no primeiro parágrafo, assume sentido de habitualidade biológica, indicando que a presença de polímeros foi incorporada às funções vitais do organismo humano.
- (D) A expressão “circulação de resíduos”, no segundo parágrafo, refere-se ao movimento migratório de espécies marinhas afetadas pela fragmentação de materiais plásticos.
- (E) A unidade lexical “estratégicas”, no terceiro parágrafo, indica que as discussões sobre sustentabilidade possuem natureza sigilosa e restrita aos centros de inteligência governamental.

5. No trecho “Ainda que campanhas de conscientização ambiental tenham se tornado mais frequentes, especialistas observam que a resposta institucional permanece insuficiente”, a correlação entre tempos e modos verbais estabelece uma relação de concessão. Assinale a alternativa que apresenta uma reescritura que preserva a correção gramatical e o sentido original do período.

- (A) Conquanto campanhas de conscientização ambiental se tornem mais frequentes, especialistas observarão que a resposta institucional permaneceria insuficiente.
- (B) Porquanto campanhas de conscientização ambiental tornaram-se mais frequentes, especialistas observam que a resposta institucional permaneceu insuficiente.
- (C) Contanto que campanhas de conscientização ambiental se tornem mais frequentes, especialistas observariam que a resposta institucional permanece insuficiente.
- (D) Malgrado campanhas de conscientização ambiental se tenham tornado mais frequentes, especialistas observam que a resposta institucional permanece insuficiente.
- (E) Posto que campanhas de conscientização ambiental tornam-se mais frequentes, especialistas observaram que a resposta institucional permanecia insuficiente.

6. No terceiro parágrafo, a autora organiza o raciocínio por meio de estruturas complexas de subordinação para expor as consequências econômicas e as propostas de solução para o problema. Analise a função sintática dos termos destacados no segmento: “...pesquisadores defendem a necessidade **de políticas públicas**¹ capazes **de ampliar sistemas**² de reciclagem, estimular **alternativas biodegradáveis**³ e fortalecer mecanismos **de fiscalização ambiental**⁴.”

Assinale a alternativa que classifica corretamente a função sintática dos termos numerados.

- (A) (1) Complemento nominal; (2) Complemento nominal; (3) Objeto direto; (4) Adjunto adnominal.
- (B) (1) Objeto indireto; (2) Adjunto adnominal; (3) Complemento nominal; (4) Complemento nominal.
- (C) (1) Complemento nominal; (2) Objeto indireto; (3) Objeto direto; (4) Adjunto adverbial.
- (D) (1) Adjunto adnominal; (2) Complemento nominal; (3) Objeto direto; (4) Complemento nominal.
- (E) (1) Objeto direto preposicionado; (2) Adjunto adnominal; (3) Complemento nominal; (4) Adjunto adnominal.

• Texto para as questões de 7 a 10.

A biorremediação tem se consolidado como uma estratégia relevante no enfrentamento da contaminação ambiental provocada por resíduos industriais e substâncias tóxicas persistentes. Por meio da utilização de microrganismos, fungos e determinadas espécies vegetais, esse processo favorece a decomposição de compostos químicos nocivos presentes no solo e na água. Em centros urbanos e áreas industriais, pesquisadores vêm ampliando estudos relacionados à capacidade metabólica de bactérias adaptáveis a ambientes altamente poluídos. Além de reduzir impactos ecológicos, a técnica contribui para o restabelecimento gradual de ecossistemas degradados e para a recuperação de áreas anteriormente consideradas impróprias ao desenvolvimento biológico. Apesar dos avanços científicos observados nas últimas décadas, especialistas reconhecem que a aplicação da biorremediação depende de planejamento técnico, monitoramento constante e investimentos compatíveis com a complexidade dos ambientes contaminados.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Biorremediação de áreas contaminadas. Brasília: MMA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma>. Acesso em: 11 maio 2026.

7. Considerando os processos de formação vocabular empregados no texto, assinale a alternativa cuja análise morfológica apresenta adequação conceitual e terminológica.

- (A) A palavra “ecossistemas” exemplifica derivação imprópria, pois sua classificação morfológica decorre da alteração funcional produzida pelo contexto sintático em que se insere.
- (B) O termo “monitoramento” resulta de composição por justaposição, processo em que unidades lexicais autônomas preservam integralmente sua estrutura fonológica original.
- (C) O vocábulo “biorremediação” exemplifica formação híbrida de base erudita, estruturada pela associação de elementos de origens distintas semanticamente relacionados à recuperação ambiental.
- (D) O vocábulo “contaminação” apresenta formação regressiva, caracterizada pela redução estrutural da forma verbal que lhe dá origem.
- (E) A palavra “adaptáveis” exemplifica derivação parassintética, uma vez que a formação vocabular decorre da atuação simultânea de prefixação e sufixação sobre base verbal.

8. No período “a aplicação da biorremediação depende de planejamento técnico, monitoramento constante e investimentos compatíveis com a complexidade dos ambientes contaminados”, as relações regenciais organizam sintaticamente os complementos do enunciado. Considerando a regência verbal e nominal prevista pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

- (A) O adjetivo “compatíveis” estabelece construção regencial inadequada com a preposição “com”, razão pela qual o período exigiria substituição por outra preposição de valor relacional.
- (B) O substantivo “planejamento” exige complemento nominal obrigatoriamente introduzido pela preposição “para” em construções técnico-científicas formais.
- (C) O verbo “depender” admite alternância entre transitividade direta e indireta sem alteração da adequação normativa no contexto apresentado.
- (D) A expressão “monitoramento constante” integra relação sintática coordenada com os demais complementos do período, dispensando a preposição anteriormente empregada pelo verbo.
- (E) O verbo “depender” estabelece relação de transitividade indireta, exigindo complemento introduzido pela preposição “de”.

9. No contexto sintático do texto, as classes gramaticais exercem funções fundamentais para a organização semântica e argumentativa dos períodos. Considerando os termos destacados, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “determinadas”, em “determinadas espécies vegetais”, classifica-se como pronome substantivo em razão da referência genérica estabelecida no contexto argumentativo.
- (B) O termo “altamente”, em “ambientes altamente poluídos”, exerce função adverbial ao intensificar semanticamente o adjetivo subsequente.
- (C) O vocábulo “gradual”, em “restabelecimento gradual”, desempenha função adverbial relacionada ao modo como ocorre o processo de recuperação ambiental.
- (D) O termo “apesar”, empregado no último período, integra construção conjuntiva responsável pela articulação semântica de valor conclusivo entre os períodos do texto.
- (E) A palavra “compatíveis”, em “investimentos compatíveis”, exerce função substantiva ao nomear característica técnica atribuída aos ambientes contaminados.

10. No trecho “pesquisadores vêm ampliando estudos relacionados à capacidade metabólica de bactérias adaptáveis”, a flexão nominal e verbal contribui para a organização sintática e para a precisão informacional do período. Considerando possíveis reestruturações do segmento, assinale a alternativa que mantém plena adequação gramatical.

- (A) Pesquisadores vem desenvolvendo análises relacionadas às capacidades metabólicas de bactérias adaptáveis a ambientes contaminados.
- (B) Pesquisadores vêm desenvolvendo análise relacionada às capacidades metabólicas de bactérias adaptáveis a ambientes contaminados.
- (C) Pesquisadores vêm desenvolvendo análises relacionadas à capacidade metabólica de bactérias adaptável aos ambientes contaminados.
- (D) Pesquisadores vêm desenvolvendo análises relacionadas às capacidades metabólicas de bactérias adaptáveis a ambientes contaminados.
- (E) Pesquisadores vem desenvolvendo análises relacionadas as capacidades metabólicas de bactérias adaptáveis aos ambientes contaminados.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. “Em 1876, foi criada a primeira repartição pública, o Cartório do Registro Civil [...]. As agremiações políticas que existiram no município foram as dos Conservadores e Liberais, destacando-se entre seus associados mais notáveis os conservadores Marcelino Bernardes, João Borges e Augusto Feijó e os liberais Manoel Anastácio Pereira, Joaquim José Rebelo e Antônio Maria de Souza. A municipalidade teve como primeiro Prefeito Manoel Anastácio Pereira, que tomou posse do cargo em 1884. As primeiras eleições municipais se realizaram em 1885.”

(FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro/Distrito Federal: Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, 1957. p. 53.)

A consolidação de estruturas político-administrativas em localidades do Brasil oitocentista pode ser analisada à luz das relações entre formação estatal, disputas entre grupos dirigentes e inclusão dessas dinâmicas no quadro mais amplo da sociedade imperial. No caso de Camboriú, tais elementos permitem problematizar a atuação de correntes políticas e seus vínculos com interesses socioeconômicos dominantes. Considerando essas dimensões, examine as afirmativas a seguir e identifique aquela que apresenta formulação historicamente correta.

- (A) A atuação das agremiações liberais e conservadoras em Camboriú configurou-se como desdobramento de disputas internas à elite local, cujas diferenças políticas não implicavam ruptura estrutural com os interesses dominantes compartilhados.
- (B) A presença de liberais e conservadores em Camboriú expressou clivagens ideológicas rígidas e socialmente antagônicas, correspondendo a projetos políticos excludentes que se enraizavam em bases econômicas inconciliáveis no plano local.
- (C) A organização político-partidária em Camboriú derivou da mobilização de setores populares urbanos e rurais, cuja participação redefiniu a estrutura de poder local e deslocou a centralidade das elites tradicionais no período imperial.
- (D) A institucionalização das funções administrativas em Camboriú ocorreu de modo dissociado das disputas políticas entre liberais e conservadores, sendo conduzida por critérios técnicos que prescindiam de alinhamentos ideológicos locais.
- (E) O predomínio de correntes políticas em Camboriú resultou da pressão direta de grupos anarquistas surgidos no seio de imigrantes oriundos da Europa, reduzindo a autonomia das elites locais e limitando sua capacidade de intervenção nas estruturas administrativas emergentes.

12. “No Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010) [...]. Em 2000, 2,55% da população do município eram extremamente pobres, 13,02% eram pobres e 36,67% eram vulneráveis à pobreza; em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 0,12%, 2,78% e 11,57%. Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres [...] inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 8,46%, em 2014, para 7,40%, em 2017 [evidenciando que mais pessoas passaram a ser identificadas e incluídas nos programas sociais]. Já a proporção de pessoas pobres [...], inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 34,48%, em 2014, e 38,82%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza [...], também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 43,42%, em 2014, e 73,53%, em 2017. O índice de Gini no município passou de 0,46, em 2000, para 0,40, em 2010, indicando, portanto, houve redução na desigualdade de renda.”

(ATLAS BRASIL. Camboriú. *Atlas Brasil*. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/4203204#idhm-all. Acesso em: 20 abr. 2026.)

A mensuração das transformações socioeconômicas em escala municipal demanda a análise integrada de indicadores de renda, desigualdade e políticas públicas, considerando seus efeitos sobre a reprodução social e as condições materiais de existência. No município de Camboriú, a evolução desses indicadores ao longo das primeiras décadas do século XXI permite problematizar a relação entre programas sociais e pobreza. À luz dessas considerações, examine as afirmativas a seguir e identifique a correta.

- (A) A redução dos níveis de pobreza em Camboriú decorreu prioritariamente da expansão autônoma do mercado de trabalho informal e do empreendedorismo, com impacto limitado das políticas de transferência de renda na reorganização das condições materiais da população.
- (B) A diminuição da desigualdade de renda em Camboriú pode ser interpretada como resultado de políticas públicas distributivas, associadas à ampliação de programas sociais que incidiram sobre a renda das camadas mais vulneráveis.
- (C) Os indicadores de pobreza em Camboriú permaneceram estáveis ao longo do período analisado, evidenciando a baixa capacidade dos programas sociais em alterar as estruturas de distribuição de renda no contexto local.
- (D) A ampliação do cadastro em programas sociais em Camboriú indica necessariamente o aumento da pobreza extrema, refletindo a deterioração das políticas contra a desigualdade de renda.
- (E) A redução do índice de Gini em Camboriú resulta tão somente de transformações produtivas estruturais liberalizantes, como o abrandamento da legislação trabalhista, sem relação significativa com intervenções estatais voltadas à redistribuição de renda e proteção social.

13. “No dia 22 de outubro de 1912, na localidade de Irani, então município de Palmas, em região contestada entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, travou-se violento combate entre a força do Regimento de Segurança do Paraná e os sertanejos que seguiam o ‘monge’ José Maria. Na peleja, conhecida como Combate de Irani, morreram 11 soldados e 6 caboclos, entre eles o comandante do Regimento, coronel João Gualberto Gomes de Sá e o curandeiro José Maria. Esse foi o primeiro combate da Guerra do Contestado, conflito que se estendeu até janeiro de 1916.”

(BITTENCOURT, Circe (Org.). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 185.)

Considerando a Guerra do Contestado (1912–1916), examine as afirmativas a seguir e assinale aquela que apresenta formulação historicamente correta.

- (A) O conflito no Contestado expressou o processo de consolidação da economia industrial regional, marco da Primeira República, no qual a incorporação dos trabalhadores rurais ocorreu de modo estável, reduzindo tensões fundiárias no período.
- (B) O Contestado foi resultado da incorporação progressiva da região a circuitos econômicos municipais, nos quais a expansão de empreendimentos públicos promoveu integração produtiva e atenuação das tensões sociais no meio rural entre latifundiários e camponeses.
- (C) O conflito foi marcado pela atuação de empresas agrícolas privadas, de forma predominantemente autônoma em relação ao Estado, que se apossaram de terras públicas, provocando a reação de sertanejos nacionalistas que, com apoio tardio das forças federais, expulsaram tais empresas.
- (D) O conflito do Contestado ocorreu em função de disputas antiescravistas, nas quais forças nacionais, financiadas por latifundiários ingleses interessados na manutenção da ordem agrária, combateram a liderança de um monge de caráter abolicionista na região.
- (E) O movimento do Contestado pode ser compreendido como reação de comunidades sertanejas à desestruturação de formas tradicionais de uso da terra, em contexto de avanço de projetos econômicos que redefiniram relações sociais e territoriais.

14. A mudança toponímica de ‘Desterro’ para ‘Florianópolis’, ocorrida em 1894, insere-se em um contexto de disputas políticas e simbólicas no processo de consolidação da República no Brasil. À luz dessas questões, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alteração do nome de Desterro resultou de um consenso político local, desvinculado de conflitos nacionais, refletindo apenas demandas administrativas regionais sem implicações simbólicas relevantes.
- (B) A denominação Florianópolis expressou continuidade das tradições monárquicas locais, preservando vínculos simbólicos com o Império e rejeitando referências ao novo regime republicano.
- (C) A mudança toponímica de Desterro para Florianópolis ocorreu por critérios botânicos, relacionados à abundância de flores na região, que teriam inspirado a nova denominação oficial do município ordenada pelo Estado Novo.
- (D) A mudança toponímica constituiu estratégia de afirmação do poder republicano central, associando a memória urbana à figura de Floriano Peixoto no contexto de repressão aos federalistas.
- (E) Por motivos ufanistas, a substituição do nome Desterro por Florianópolis, durante a Primeira República, ocorreu em homenagem ao personagem fictício ‘Floriano Cambará’, que, na obra do escritor Érico Veríssimo, representa uma nova geração participante da formação histórica do sul do Brasil.

15. Considerando a Guerra dos Farrapos (1835–1845) e suas implicações no litoral sul do Império brasileiro, bem como a ocupação de áreas estratégicas em Santa Catarina, analise o papel de Giuseppe Garibaldi (1807–1882) e identifique a afirmativa correta.

- (A) No contexto da Guerra dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi atuou em Santa Catarina como comandante a serviço do Império, sendo responsável pela repressão das forças farroupilhas em Laguna e pela consolidação do controle monárquico sobre o litoral catarinense durante o conflito.
- (B) No contexto da Guerra dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi concentrou sua atuação em expedições terrestres na província do Paraná, sem participação nas ações navais em Laguna ou envolvimento direto nas articulações políticas da República Juliana no sul do Brasil.
- (C) No contexto da Guerra dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi participou de ações navais em Laguna, articulando-se com forças farroupilhas na ocupação do litoral catarinense e contribuindo para a proclamação da República Juliana na região sul do Império brasileiro.
- (D) No contexto da Guerra dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi desempenhou apenas funções de observador estrangeiro, sem participação militar efetiva, limitando-se a registrar os eventos do conflito sem atuação nas campanhas navais ou ocupações territoriais em Santa Catarina.
- (E) No contexto da Guerra dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi atuou como intendente imperial, em aliança com a força naval italo-francesa contra as facções republicanas denominadas ‘Farroupilhas’, então apossadas em Laguna, sobre as quais obteve vitória.

Raciocínio Lógico

16. Para que meu salário corresponda a 80% do salário de Sílvia, eu precisaria ganhar R\$1.300,00 a mais do que ganho. Se o salário de Sílvia é 15% maior que o salário de Caio, que é R\$3.000,00, meu salário é:

- (A) R\$ 2.460,00.
- (B) R\$ 2.300,00.
- (C) R\$ 2.020,00.
- (D) R\$ 2.400,00.
- (E) R\$ 2.500,00.

17. A quantidade de números ímpares com quatro algarismos diferentes, formados com os algarismos 2, 3, 7, 8 e 9 é um número que está entre:

- (A) 59 e 63.
- (B) 65 e 69.
- (C) 80 e 84.
- (D) 70 e 74.
- (E) 75 e 79.

18. Seis homens pintam uma casa em dez dias. A mesma casa será pintada por quinze homens com a mesma capacidade de trabalho dos citados anteriormente em:

- (A) 25 dias.
- (B) 4 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 12 dias.

19. Paulo, Marcos e Raul vão receber uma herança de R\$ 286.000,00 que será dividida na razão inversa de suas idades. Sabendo-se que Raul tem 30 anos, Marcos tem 20 anos e Paulo tem 10 anos, a diferença entre os valores recebidos por Marcos e Raul é:

- (A) R\$ 24.000,00.
- (B) R\$ 32.000,00.
- (C) R\$ 22.000,00.
- (D) R\$ 35.000,00.
- (E) R\$ 26.000,00.

20. Sejam os conjuntos:

$$A = \{0,2,4,8\} \quad B = \{0,5,7,10\} \quad C = \{0,5,8,10\}$$

O resultado de $(A-B) \cap (B-C) \cup (A-C)$ é o conjunto:

- (A) $\{0,8\}$.
- (B) $\{10\}$.
- (C) $\{2,4\}$.
- (D) $\{7,10\}$.
- (E) $\{0,2,8\}$.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No âmbito da fase preparatória de uma licitação para aquisição de bens comuns, o agente de contratação municipal de Camboriú/SC realizou pesquisa de preços utilizando: (i) dados de contratações similares realizadas há 10 (dez) meses por outros órgãos públicos, devidamente atualizados; (ii) pesquisa em sítios eletrônicos especializados com registro de data e hora de acesso; e (iii) cotação direta com três fornecedores, obtida há 8 (oito) meses da data prevista para divulgação do edital, sem justificativa quanto à escolha dos fornecedores. Considerando apenas a Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A estimativa é inválida, pois a pesquisa com fornecedores deve ser o único parâmetro utilizado para definição do valor estimado.
- (B) A estimativa é válida, pois todos os parâmetros utilizados são admitidos, ainda que a cotação com fornecedores tenha sido obtida há mais de 6 meses.
- (C) A estimativa é parcialmente inválida, pois a cotação direta com fornecedores não atende aos requisitos legais quanto ao prazo e à justificativa da escolha.
- (D) A estimativa é inválida, pois não foi utilizado o painel de preços do Portal Nacional de Contratações Públicas como parâmetro obrigatório.
- (E) A estimativa é inválida, pois a utilização de múltiplos parâmetros é vedada, devendo ser adotado apenas um critério objetivo.

22. Durante a fase preparatória de uma licitação para contratação de serviços comuns, o agente de contratação elaborou o termo de referência contendo: definição do objeto, requisitos da contratação, modelo de execução, critérios de medição e pagamento e forma de seleção do fornecedor. Contudo, deixou de incluir as estimativas do valor da contratação, com os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo. Tomando por base apenas o contido e regulado pela Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo de referência é válido, pois a estimativa de preços pode ser apresentada apenas no edital, sendo dispensável nesse documento.
- (B) O termo de referência é inválido, pois deve conter, obrigatoriamente, as estimativas do valor da contratação acompanhadas dos preços unitários referenciais e das memórias de cálculo.
- (C) O termo de referência é válido, desde que a estimativa de preços seja sigilosa e apresentada apenas após a fase de julgamento.
- (D) O termo de referência é inválido apenas se não contiver a justificativa da contratação, sendo dispensáveis os elementos relativos ao valor estimado.
- (E) O termo de referência é válido, pois os elementos omitidos podem ser supridos posteriormente pela comissão de contratação.

23. Determinada entidade da Administração Pública pretende realizar contratação de serviços técnicos especializados. Durante a análise jurídica, surgiram dúvidas quanto à incidência da Lei Federal nº 14.133/2021 sobre diferentes entes e situações. À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta acerca do âmbito de aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- (A) A Lei Federal nº 14.133/2021 aplica-se integralmente às empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente da natureza da contratação.
- (B) A Lei Federal nº 14.133/2021 não se aplica aos órgãos do Poder Judiciário, ainda que estejam no exercício de função administrativa.
- (C) A Lei Federal nº 14.133/2021 aplica-se apenas à Administração Pública direta da União, não alcançando Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) A Lei Federal nº 14.133/2021 não se aplica a fundos especiais e entidades controladas indiretamente pela Administração Pública.
- (E) A Lei Federal nº 14.133/2021 aplica-se às autarquias e fundações públicas, bem como aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário quando no desempenho de função administrativa.

24. A Lei Federal nº 14.133/2021 define como pregão a modalidade de licitação que deve ser utilizada:

- (A) Para qualquer tipo de contratação, independentemente da natureza do objeto.
- (B) Exclusivamente para contratação de obras de engenharia.
- (C) Para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento pode ser menor preço ou maior desconto.
- (D) Apenas para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- (E) Apenas quando houver inviabilidade de competição.

25. Raciocinando a partir da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor, chamamos corretamente apenas de:

- (A) Contrato de eficiência.
- (B) Serviço nacional.
- (C) Pré-qualificação.
- (D) Repactuação.
- (E) Concurso.

26. A respeito do diálogo competitivo, previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (B) Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- (C) Conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.
- (D) Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (E) Sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação.

27. Durante a execução de determinado contrato administrativo, a Administração verificou a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, em razão da variação de custos do contratado decorrentes de fatores previsíveis de mercado. À luz da Lei Federal nº 14.133/2021, indique a alternativa correta.

- (A) O reequilíbrio econômico-financeiro somente pode ocorrer por acordo informal entre as partes, independentemente de previsão contratual.
- (B) O reajustamento em sentido estrito consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deve refletir a variação efetiva do custo de produção.
- (C) A repactuação é aplicável exclusivamente a contratos de obras e serviços de engenharia, independentemente do regime de execução.
- (D) O reajustamento de preços depende de autorização judicial prévia para sua implementação.
- (E) A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro somente é possível em contratos com prazo inferior a 1 (um) ano.

28. Em determinado contrato administrativo, foi prevista cláusula de matriz de riscos, estabelecendo a alocação de responsabilidades entre contratante e contratado quanto a eventos supervenientes. Assim, a partir da Lei Federal nº 14.133/2021, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) A matriz de riscos deve promover a alocação eficiente dos riscos e definir a responsabilidade de cada parte, bem como mecanismos de mitigação dos seus efeitos.
- (B) A matriz de riscos deve estabelecer exclusivamente os riscos suportados pela Administração, vedada a atribuição de riscos ao contratado.
- (C) A matriz de riscos é facultativa em todas as contratações, independentemente do objeto ou do regime de execução.
- (D) A matriz de riscos substitui obrigatoriamente o termo de referência e o projeto básico na fase preparatória.
- (E) A matriz de riscos somente pode ser utilizada em contratos de fornecimento de bens, sendo vedada para obras e serviços de engenharia.

29. Durante a execução de contrato administrativo de prestação de serviços contínuos, a Administração designou servidor para acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, bem como a regularidade das medições e dos pagamentos. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização contratual é atividade exclusiva do contratado, cabendo à Administração apenas o pagamento pelos serviços executados.
- (B) A fiscalização do contrato é facultativa, podendo ser dispensada quando o objeto for considerado de baixa complexidade.
- (C) A fiscalização contratual substitui a necessidade de designação formal de gestor do contrato.
- (D) O modelo de gestão do contrato, que inclui a forma de acompanhamento e fiscalização da execução, deve estar previamente definido no termo de referência.
- (E) O acompanhamento da execução contratual deve ocorrer apenas ao final do contrato, no momento do recebimento definitivo do objeto.

30. Durante a fase externa de uma licitação, um licitante manifestou sua intenção de recorrer contra decisão de julgamento das propostas. A autoridade competente deverá observar as regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 quanto à interposição e processamento dos recursos administrativos. Assevera a legislação vigente que está correta apenas a alternativa:

- (A) O recurso administrativo possui efeito meramente devolutivo, não podendo suspender o andamento do processo licitatório.
- (B) Os recursos administrativos são dirigidos diretamente ao Poder Judiciário, que decidirá sobre sua admissibilidade.
- (C) O recurso administrativo pode ser interposto em qualquer fase do processo licitatório, independentemente de previsão legal ou editalícia.
- (D) A ausência de manifestação de intenção de recorrer não impede a interposição posterior de recurso, desde que dentro do prazo legal.
- (E) A intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, conforme previsto no edital.

31. A Lei Federal nº 14.133/2021 declara que, em determinadas contratações previstas no art. 74 (inexigibilidade), devem ser observados, corretamente, requisitos legais específicos, dentre os quais podemos destacar corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (B) Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração.
- (C) Materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar.
- (D) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.
- (E) Hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.

32. No âmbito da gestão de compras públicas, determinado órgão da Administração Pública instituiu plano anual de contratações, com o objetivo de racionalizar aquisições e alinhar as contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias. Assim, a Lei Federal nº 14.133/2021 indica como correta apenas a alternativa:

- (A) O plano de contratações anual, quando elaborado, deve ser divulgado e observado pelo ente federativo na realização das licitações e execução dos contratos.
- (B) O plano de contratações anual tem como finalidade exclusiva a definição do orçamento da Administração, sem relação com o planejamento estratégico.
- (C) O plano de contratações anual é facultativo e, quando elaborado, não precisa ser divulgado ao público.
- (D) O plano de contratações anual substitui obrigatoriamente o estudo técnico preliminar em todas as contratações públicas.
- (E) O plano de contratações anual é instrumento restrito à Administração direta da União, não se aplicando aos demais entes federativos.

33. Conforme previsto e regulado pela Lei Federal nº 14.133/2021, considere a atuação administrativa em processos de contratação pública, especialmente quanto à incidência da norma sobre os órgãos públicos, à observância de princípios e à designação de agentes responsáveis pela condução do certame e assinale apenas a alternativa correta.

- (A) A Lei Federal nº 14.133/2021 aplica-se às empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem observar integralmente seus dispositivos, inclusive quanto à designação de agentes públicos.
- (B) Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário não se submetem à Lei Federal nº 14.133/2021, ainda que atuem no exercício de função administrativa.
- (C) A autoridade competente poderá designar agente público que possua vínculo de parentesco com licitante, desde que não haja prejuízo comprovado à competitividade do certame.
- (D) A aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 deve observar, entre outros, os princípios do planejamento e da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente para funções mais suscetíveis a riscos.
- (E) A segregação de funções é princípio aplicável apenas à fase externa da licitação, não incidindo sobre a fase preparatória do processo.

34. Em determinada licitação que envolvia bens e serviços especiais, a autoridade competente optou por substituir o agente de contratação por uma comissão de contratação, designando três servidores para conduzir o certame. À luz da Lei Federal nº 14.133/2021, marque a alternativa correta.

- (A) A comissão de contratação pode ser composta por apenas dois membros, desde que haja justificativa formal.
- (B) A comissão de contratação deve ser composta por, no mínimo, três membros, que responderão solidariamente pelos atos praticados, ressalvada a hipótese de divergência fundamentada registrada em ata.
- (C) Os membros da comissão de contratação respondem individualmente pelos atos praticados, independentemente de manifestação divergente.
- (D) A equipe de apoio substitui integralmente a comissão de contratação em licitações de maior complexidade.
- (E) A designação de comissão de contratação é obrigatória em todas as licitações, independentemente da natureza do objeto.

35. A partir da disciplina legal dos processos licitatórios, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para:

- (A) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (B) Controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso.
- (C) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (D) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) Abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.

36. Na inteligência da Lei nº 14.133/2021, acerca da fase preparatória do processo licitatório, considere a necessidade de compatibilização com o planejamento, a instrução do processo e os elementos que devem compor essa etapa. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A fase preparatória limita-se à elaboração do edital, sendo dispensável a análise de riscos e a definição do regime de execução.
- (B) O estudo técnico preliminar pode deixar de contemplar elementos essenciais sem necessidade de justificativa, desde que o objeto seja considerado simples.
- (C) A definição do objeto e a estimativa do valor da contratação independem de documentos formais, podendo ser realizadas de forma verbal no processo administrativo.
- (D) A fase preparatória deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, quando existente, e compreender, entre outros elementos, a análise de riscos e o orçamento estimado da contratação.
- (E) A escolha da modalidade de licitação e do critério de julgamento ocorre exclusivamente após a publicação do edital, não integrando a fase preparatória.

37. Sobre a estruturação da fase preparatória das contratações públicas, especialmente no que se refere ao estudo técnico preliminar, ao termo de referência e ao projeto básico, considere a disciplina legal aplicável e as exigências quanto à definição do objeto, à motivação da contratação e à formalização dos elementos técnicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O estudo técnico preliminar é documento facultativo em qualquer hipótese, podendo ser dispensado independentemente de justificativa, desde que o objeto seja comum.
- (B) O termo de referência e o projeto básico são documentos equivalentes e intercambiáveis, podendo ser utilizados indistintamente em qualquer tipo de contratação.
- (C) O estudo técnico preliminar deve evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, podendo deixar de conter elementos previstos em lei, desde que haja justificativa expressa nos autos.
- (D) O projeto básico é exigido exclusivamente para aquisição de bens comuns, sendo dispensado em contratações de obras e serviços de engenharia.
- (E) O termo de referência deve limitar-se à descrição do objeto, sendo vedada a inclusão de modelo de execução, gestão contratual e estimativa de valor.

38. Sobre a condução do procedimento licitatório, alinhavado pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à ordem das fases e à possibilidade de inversão entre habilitação e julgamento das propostas, assinale a alternativa correta.

- (A) A inversão de fases pode ser adotada pela Administração, desde que motivada e prevista no edital, hipótese em que a habilitação será realizada após o julgamento das propostas.
- (B) A inversão de fases constitui regra geral do procedimento licitatório, devendo ser aplicada independentemente de previsão no edital.
- (C) A inversão de fases é vedada, devendo a habilitação preceder obrigatoriamente o julgamento das propostas em todas as modalidades.
- (D) A inversão de fases é admitida apenas na modalidade concorrência, sendo vedada no pregão.
- (E) A inversão de fases dispensa a verificação posterior da habilitação do licitante vencedor, desde que tenha apresentado a melhor proposta.

39. Na inteligência da Lei nº 14.133/2021, a Administração, na fase preparatória de determinada contratação, elaborou a estimativa do valor com base em múltiplos parâmetros legalmente admitidos, optando por manter o orçamento estimado em caráter sigiloso até o encerramento da licitação. Consta dos autos documento apartado contendo as memórias de cálculo e os preços unitários referenciais, com acesso restrito. Sobre a regularidade desse procedimento, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta é irregular, pois a estimativa do valor da contratação deve integrar necessariamente o termo de referência, sendo vedada sua manutenção em documento apartado.
- (B) A conduta é regular, desde que o orçamento estimado esteja registrado em documento formal, ainda que apartado, podendo ser mantido sigiloso, ressalvados os órgãos de controle.
- (C) A conduta é regular apenas se o orçamento estimado for divulgado antes da fase de julgamento das propostas, sob pena de nulidade do certame.
- (D) A conduta é irregular, pois o sigilo do orçamento estimado é incompatível com o princípio da publicidade, sendo vedado em qualquer hipótese.
- (E) A conduta é irregular, pois a utilização de múltiplos parâmetros impede a adoção de sigilo sobre o orçamento estimado.

40. Ao passo da Lei Federal nº 14.133/2021, no curso de processo administrativo de contratação, a Administração passou a exigir que todos os atos dos licitantes fossem praticados exclusivamente em meio eletrônico, com assinatura digital, mantendo registro em sistema informatizado, ao mesmo tempo em que restringiu o acesso aos autos sob alegação genérica de organização interna. Assim, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) A exigência de prática de atos em meio eletrônico como condição de validade é vedada, por violar o princípio da isonomia entre licitantes.
- (B) A exigência de prática de atos em meio eletrônico é admitida, e os atos do processo são públicos, ressalvadas hipóteses legais de sigilo, não se justificando restrição genérica de acesso.
- (C) A restrição de acesso aos autos é válida, pois o processo administrativo licitatório possui natureza sigilosa até a homologação.
- (D) A utilização de assinatura digital é facultativa, sendo vedada sua exigência como requisito para validade dos atos praticados pelos licitantes.
- (E) A publicidade dos atos do processo administrativo depende de autorização prévia da autoridade superior, ainda que não haja hipótese legal de sigilo.

41. Sobre a instrução do processo administrativo aplicável às contratações públicas, na inteligência da Lei nº 14.133/2021, considere a necessidade de formalização dos atos, integração com o planejamento e organização documental e assinale apenas a alternativa correta.

- (A) Os atos do processo administrativo podem ser praticados de forma verbal, desde que posteriormente confirmados pela autoridade competente.
- (B) A formalização do processo administrativo é dispensável quando houver plano de contratações anual previamente aprovado.
- (C) O processo administrativo de contratação deve ser formalizado com documentos que registrem os atos praticados, devendo observar a compatibilidade com o planejamento e as peças técnicas da fase preparatória.
- (D) A existência de estudo técnico preliminar dispensa a necessidade de registro formal dos atos subsequentes do processo administrativo.
- (E) A organização do processo administrativo é irrelevante para o controle externo, desde que o objeto tenha sido regularmente contratado.

42. Sobre a inexigibilidade de licitação e sua formalização no processo administrativo, conforme assevera a Lei Federal nº 14.133/2021, indique a alternativa correta.

- (A) A inexigibilidade depende da demonstração de inviabilidade de competição, sendo dispensada a justificativa de preço quando houver notória especialização do contratado.
- (B) A inexigibilidade autoriza a contratação direta independentemente de processo administrativo formal, desde que caracterizada a singularidade do objeto.
- (C) A inexigibilidade dispensa a publicação do ato de contratação, por se tratar de hipótese de contratação direta.
- (D) A inexigibilidade somente é admitida quando houver mais de um fornecedor apto à execução do objeto.
- (E) A inexigibilidade exige a demonstração de inviabilidade de competição, bem como a justificativa de preço e a razão da escolha do contratado, devidamente instruídas no processo.

43. Com base exclusiva no texto da Lei Federal nº 14.133/2021, sobre a dispensa de licitação em razão do valor e sua relação com o planejamento das contratações, assinale a alternativa correta.

- (A) A dispensa por valor independe de controle quanto ao fracionamento do objeto, desde que cada contratação isoladamente esteja dentro do limite legal.
- (B) A dispensa por valor é admitida ainda que caracterizado fracionamento indevido da despesa com o objetivo de burlar o procedimento licitatório.
- (C) A dispensa por valor exige observância do somatório das contratações do mesmo objeto no exercício financeiro, vedado o fracionamento para enquadramento nos limites legais.
- (D) A dispensa por valor substitui integralmente o planejamento anual de contratações.
- (E) A dispensa por valor dispensa a instrução do processo com estimativa de preços.

44. Sobre o sistema de registro de preços trazido na Lei Federal nº 14.133/2021, marque a alternativa correta.

- (A) O registro de preços não obriga a Administração a contratar, constituindo-se em instrumento para futuras e eventuais contratações.
- (B) O sistema de registro de preços impede a realização de licitação específica para o mesmo objeto durante sua vigência.
- (C) O registro de preços gera obrigação imediata de contratação pela Administração.
- (D) O sistema de registro de preços é modalidade de licitação.
- (E) O registro de preços somente pode ser utilizado para contratação de obras.

45. Nos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à formalização da contratação direta, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação direta dispensa a publicação do extrato do contrato.
- (B) A contratação direta exige processo administrativo formal com justificativa, estimativa de preços e autorização da autoridade competente.
- (C) A contratação direta dispensa a motivação do ato administrativo.
- (D) A contratação direta não exige comprovação de compatibilidade de preços com o mercado.
- (E) A contratação direta independe de parecer jurídico.

46. Sobre a contratação por inexigibilidade para serviços técnicos especializados, assinale a alternativa correta, exclusivamente prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

- (A) A singularidade do objeto é irrelevante para a caracterização da inexigibilidade.
- (B) A notória especialização do contratado substitui a necessidade de inviabilidade de competição.
- (C) A inexigibilidade dispensa a justificativa da escolha do contratado.
- (D) A inexigibilidade exige a existência de múltiplos fornecedores qualificados.
- (E) A inexigibilidade pode ocorrer para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que demonstradas a singularidade do objeto e a notória especialização.

47. A partir da Lei Federal nº 14.133/2021, os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, de modo que está correto apenas o contido em:

- (A) Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido em sigilo.
- (B) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- (C) A formalização ou prorrogação do contrato independe de prévia autorização da autoridade competente, bastando a assinatura das partes.
- (D) A publicidade do contrato administrativo é dispensável quando decorrente de dispensa de licitação.
- (E) É vedada a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

48. Aduz a Lei Federal nº 14.133/2021 que, nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será:

- (A) Semi-integrado.
- (B) Por escala global.
- (C) Em sentido estrito.
- (D) Por sobrepreço.
- (E) Por superfaturamento.

49. Sobre a duração dos contratos administrativos, na inteligência da Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A duração dos contratos está vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, admitidas exceções previstas em lei.
- (B) Os contratos administrativos terão duração indeterminada, salvo disposição em contrário.
- (C) É vedada a prorrogação de contratos administrativos em qualquer hipótese.
- (D) A vigência contratual independe de previsão no instrumento convocatório.
- (E) Os contratos administrativos podem ultrapassar o exercício financeiro sem qualquer limitação legal.

50. Ensina a Lei Federal nº 14.133/2021 que o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados. Assim, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, sem exceções.
- (B) Os riscos que tenham cobertura oferecida por cooperativas de crédito serão preferencialmente transferidos ao contratado.
- (C) Qualquer alteração contratual, independente dos riscos, implica obrigatoriamente nova licitação.
- (D) A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.
- (E) As alterações contratuais sobre os riscos são vedadas após o início da execução do contrato.

51. Tomando por base o prescrito e regulado apenas na Lei Federal nº 14.133/2021, sobre a inexecução contratual e a aplicação de sanções administrativas, é considerado correto o que se afirma apenas em:

- (A) A personalidade jurídica jamais poderá ser desconsiderada ainda que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial.
- (B) A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- (C) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- (D) A sanção de multa será aplicada exclusivamente pela infração administrativa que der causa à inexecução total do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- (E) A multa contratual substitui automaticamente as demais sanções administrativas.

52. No tocante à fase de habilitação, a Administração, em procedimento licitatório devidamente suportado pela Lei Federal nº 14.133/2021, exigiu dos licitantes documentos não previstos em lei, admitiu a substituição de documentos por registro cadastral e, após a fase de julgamento, procedeu à verificação da habilitação apenas do licitante vencedor, em razão de inversão de fases prevista no edital. Ante ao exposto, afirma-se como correta apenas:

- (A) A exigência de documentos não previstos em lei é admitida quando justificada pela complexidade do objeto, não caracterizando restrição à competitividade.
- (B) A habilitação deve ser verificada previamente ao julgamento das propostas, sendo vedada a inversão de fases em qualquer hipótese.
- (C) A substituição de documentos por registro cadastral é vedada, devendo todos os documentos ser apresentados no certame.
- (D) A verificação da habilitação exclusivamente do licitante vencedor é admitida quando prevista a inversão de fases no edital, sendo vedada a exigência de documentos não previstos em lei.
- (E) A Administração pode exigir documentos complementares não previstos em lei ou edital, desde que apresentados por todos os licitantes.

53. O estudo técnico preliminar a que se refere a Lei Federal nº 14.133/2021 deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- (A)** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso; e a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual; dentre outros enumerados no art. 18, §1º da própria Lei de Licitação e Contratos.
- (B)** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio; e a elaboração do edital de licitação; dentre outros enumerados no art. 18, §1º da própria Lei de Licitação e Contratos.
- (C)** Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto; e a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; dentre outros enumerados no art. 18, §1º da própria Lei de Licitação e Contratos.
- (D)** Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; dentre outros enumerados no art. 18, §1º da própria Lei de Licitação e Contratos.
- (E)** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto; e a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação; dentre outros enumerados no art. 18, §1º da própria Lei de Licitação e Contratos.

54. Considere, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que a Administração instaurou procedimento licitatório para contratação de objeto de natureza predominantemente intelectual, estabelecendo, no edital, critério de julgamento incompatível com as características do objeto e admitindo, no curso do certame, a substituição do critério inicialmente fixado. Assim, está correto o contido apenas em:

- (A)** A Administração pode alterar o critério de julgamento após a publicação do edital, desde que haja motivação superveniente e concordância dos licitantes.
- (B)** A escolha do critério de julgamento é discricionária e independe da natureza do objeto a ser contratado.
- (C)** O critério de julgamento deve ser definido na fase preparatória, constar do edital e guardar pertinência com a natureza do objeto, sendo vedada sua alteração no curso do certame.
- (D)** O critério de julgamento por técnica e preço pode ser aplicado a qualquer objeto, independentemente de sua natureza.
- (E)** A adoção de critério de julgamento diverso do previsto no edital é válida, desde que resulte na proposta mais vantajosa para a Administração.

55. Tendo em vista a Lei Federal nº 14.133/2021, na estruturação do procedimento licitatório, considere que a autoridade competente designou o mesmo agente público para atuar simultaneamente na fase preparatória (elaboração de estudos e termo de referência), na condução do certame como agente de contratação e, posteriormente, na fiscalização do contrato, além de integrar a equipe de apoio, inexistindo registro de avaliação de riscos ou justificativa formal para a concentração de funções. Com isso em mente, assinale a alternativa correta.

- (A) A acumulação de funções é admitida, pois a lei não estabelece restrições quanto à atuação simultânea do agente público em diferentes fases da contratação.
- (B) A designação é regular, desde que o agente público possua qualificação técnica compatível com todas as funções desempenhadas.
- (C) A irregularidade somente se configura se houver prejuízo efetivo ao resultado do certame, sendo válida a designação na ausência de dano comprovado.
- (D) A atuação simultânea é obrigatória quando não houver número suficiente de servidores disponíveis, independentemente de justificativa formal.
- (E) A designação é irregular, pois viola o princípio da segregação de funções, devendo a Administração evitar a concentração de atribuições mais suscetíveis a riscos em um único agente.

56. Trilha a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da gestão de compras públicas, que a Administração, ao estruturar determinada contratação, promoveu a padronização do objeto, deixou de parcelar a solução sob alegação de ganho de escala e não demonstrou compatibilidade expressa com o plano de contratações anual, embora existente. Assim, assinale a alternativa correta.

- (A) A padronização do objeto é vedada, por restringir a competitividade, devendo a Administração sempre admitir soluções diversas.
- (B) O não parcelamento do objeto é admitido, desde que tecnicamente justificado, sendo obrigatória a compatibilização da contratação com o plano de contratações anual, quando existente.
- (C) A padronização do objeto dispensa a necessidade de justificativa técnica, por decorrer do poder discricionário da Administração.
- (D) A compatibilização com o plano de contratações anual é facultativa, ainda que o instrumento tenha sido previamente elaborado.
- (E) O parcelamento do objeto é obrigatório em todas as contratações, independentemente de viabilidade técnica ou econômica.

57. Asseverada pela Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração instituiu sistema de registro de preços para futura e eventual contratação de bens de consumo, realizando licitação específica para formação da ata, prevendo a possibilidade de adesão por outros órgãos, bem como a contratação por quantitativos inferiores aos registrados, sem garantia de aquisição integral. No curso da execução, determinado órgão não participante manifestou interesse em aderir à ata, enquanto o órgão gerenciador deixou de realizar contratações durante sua vigência. Assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema de registro de preços não obriga a Administração a contratar, admitindo contratações conforme necessidade, bem como a adesão por órgãos não participantes nos termos legais.
- (B) A adesão de órgão não participante à ata de registro de preços é vedada, por ausência de previsão legal.
- (C) A existência de ata de registro de preços impede a realização de nova licitação para o mesmo objeto durante sua vigência.
- (D) A ata de registro de preços gera obrigação de contratação para a Administração, devendo ser integralmente executada durante sua vigência.
- (E) A formação da ata de registro de preços dispensa a realização de procedimento licitatório prévio.

58. À luz da Lei Federal nº 14.133/2021, no curso de procedimento licitatório regularmente instruído, após o julgamento das propostas e eventual fase recursal, a autoridade competente, ao examinar os autos, identificou vício de legalidade em etapa anterior do certame, já superada, e, ainda assim, promoveu a homologação do resultado, sob o fundamento de atendimento ao interesse público e obtenção da proposta mais vantajosa. A esse respeito, indique a alternativa correta.

- (A) A homologação constitui ato vinculado que impede a análise de vícios pretéritos, devendo a autoridade apenas confirmar o resultado do certame.
- (B) A homologação supre eventuais vícios de legalidade ocorridos no procedimento, desde que não haja prejuízo à competitividade.
- (C) A autoridade competente deve homologar o certame sempre que houver proposta vantajosa, ainda que constatadas irregularidades formais.
- (D) A homologação é ato discricionário que admite convalidação de vícios insanáveis, desde que motivada.
- (E) A homologação exige prévia verificação da legalidade de todos os atos praticados, devendo a autoridade anular o procedimento em caso de ilegalidade.

59. À luz da Lei Federal nº 14.133/2021, os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão, corretamente:

- (A)** Criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos.
- (B)** Instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a descentralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviço.
- (C)** Instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, dispensados os recursos de imagem e vídeo.
- (D)** Instituir, com auxílio dos órgãos de tecnologia da informação, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos.
- (E)** Promover a adoção total de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

60. Temos na Lei Federal nº 14.133/2021 que o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, é chamado, corretamente, apenas de:

- (A)** Orçamento detalhado do custo global da obra.
- (B)** Matriz de Riscos.
- (C)** Projeto Executivo.
- (D)** Projeto Básico.
- (E)** Termo de Referência.